

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO****PROJETO DE LEI Nº 3.401, DE 2008**

Disciplina o procedimento de declaração judicial de desconconsideração da personalidade jurídica e dá outras providências.

**EMENDA ADITIVA Nº**

Acrescente-se o seguinte dispositivo ao Projeto, renumerando-se o atual art. 9º e o subsequente:

“Art. 9º Para efeito do disposto no art. 1º, as autoridades fiscais não poderão, sem prévia decisão judicial nos termos desta lei, presumir ou efetuar a desconconsideração de pessoa, ato ou negócio jurídicos, ou lhes atribuir outra classificação legal, assim como alterar a qualificação ou enquadramento legal de receitas ou rendimentos, com a finalidade de constituir créditos fiscais ou previdenciários sobre negócios realizados mediante contrato entre pessoas jurídicas.”

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda pretende prevenir situações advindas de lançamentos oriundos de eventual exação fiscal, nas relações com o contribuinte, geralmente pessoa jurídica, sujeita a constrangimentos por prepostos da Administração Pública que lhe desconsideram a pessoa, atos ou negócios jurídicos, ou dão a estes novo enquadramento legal, para efeito de incidência tributária sobre rendas ou operações contratadas com terceiros, diversa da resultante das obrigações pactuadas pelas empresas.

Trata-se de explicitar a necessidade de provisão judicial para que autoridades ou auditores possam, na via administrativa, desconstituir ou requalificar atos ou desconsiderar a personalidade jurídica do contribuinte, em

situações que comumente ocorrem com empresas de prestação de serviços de natureza intelectual ou de profissionais liberais.

A emenda vem estabelecer regras claras e alinhadas com o ordenamento jurídico, assim como em sintonia com as próprias disposições do Projeto, para nortear a conduta da Administração em relação às atividades de empreendedores, que se organizam, de forma legal e regular.

Na realidade, o aditamento ora alvitado complementa o sentido e a interpretação do texto legal proposto, cujo articulado, subsequente ao parágrafo único do art. 1º, embora se amolde à norma do art. 50 do CCB, parece ater-se apenas à alçada judicial, como que se destinando apenas ao balizamento de decisões judiciais na espécie, quando, no contexto do ordenamento jurídico, a edição da nova lei deve pautar a atuação também das autoridades da gestão pública, mormente as do campo tributário e previdenciário.

Sala da Comissão, em        de junho de 2008.

Deputado Moreira Mendes